

Conflitos socioambientais: análise das estratégias das empresas de dendê na Amazônia paraense

RESUMO

Amanda Rayana da Silva Santos
santtos.agro@gmail.com

Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/UFPA

André Luís Assunção de Farias
andre2016.farias@gmail.com

Professor Dr. pertencente ao Programa de Pós Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - PPGEDAM /UFPA

Luís Otávio do Canto Lopes
docanto@ufpa.br

Professor Dr. pertencente ao Programa de Pós Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/UFPA

A pesquisa tem como objetivo analisar o papel das principais empresas produtoras do óleo de palma acerca dos conflitos socioambientais, na região do Nordeste do Pará. Optou-se pelo uso da abordagem da Economia Política do Meio Ambiente, com o uso da macroanálise, por meio da análise documental e aplicação de entrevista não-estruturada com os atores sociais envolvidos. Foram identificadas questões como o processo de formalização do trabalho, a fiscalização do trabalho infantil, a prestação de contas, a ausência de assistência técnica, a falha na entrega do adubo, o transporte no ponto de coleta, a formas de pagamento do cacho de fruto fresco, o uso de agrotóxico e a invasão de terra que se relacionam com o conflito. Assim, este trabalho demonstrou que a inserção das empresas de palma na Amazônia Paraense causa enfrentamento dos atores envolvidos devido as desigualdades na lógica de produção e que as empresas de dendê buscam estratégias de mediar o conflito socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Paraense. Conflito socioambiental. Dendeicultura. Economia Política do meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Na Amazônia paraense, por décadas o modelo desenvolvimento capitalista está baseado em estruturas assimétricas de poder entre o estado, o grande capital e as organizações sociais preexistentes na região. Percebe-se nesta relação desigual, um aumento da tensão provocado pela redução da disponibilidade dos recursos naturais, bem como tensões por conta da diminuição da qualidade vida, devido à expansão do monocultivo do dendê. Estas tensões são de acordo com Leonardo (2010), provocadas devido aos diferentes interesses que emergem das diferentes visões de mundo que os atores sociais possuem.

Diante dessa heterogeneidade, ressalta-se aqui que o caminho analítico que guiará as investigações e as reflexões do presente trabalho está relacionado à abordagem da Economia Política do meio ambiente, que desvela as estruturas de poder e os interesses dos conflitos (LITTLE, 2006). Segundo Muniz (2009), esta abordagem adota o conceito de conflitos socioambientais, como sendo os conflitos que surgem a partir da disputa pelo acesso aos bens e serviços ambientais, ou seja, são conflitos que travados em torno dos problemas do uso e da apropriação dos recursos naturais e o confronto entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum.

Na Amazônia paraense, o cultivo do dendê em escala agroindustrial, está associada ao incentivo do Estado (Federal e Estadual), o qual percebia a demanda ascendente de óleo de palma no mercado mundial, além de conjecturar nesta atividade o desenvolvimento socioeconômico da região. Para viabilizar a implantação do Projeto Piloto de Dendê no Pará, na década de 60, foram estabelecidos acordos de cooperação técnica entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA e o Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux - IRHO, da França (EMBRAPA, 2006). Comprovada a potencialidade dessa cultura para a região, através dos estudos do IRHO, em 1967, é lançada uma experiência piloto na localidade de Jenipapaúba, hoje município de Santa Bárbara do Pará (BANCO DA AMAZÔNIA, 1998).

O mecanismo de incentivos fiscais, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pelas operações de crédito rural alavancados pelo Banco da Amazônia, serviu para o Estado atrair capital e empreendedores para o Pará. De acordo com a EMBRAPA (2006), o projeto do dendê, recebeu fontes de recurso do programa Nacional de Fronteira Agrícola, Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, possibilitando a aprovação de projetos de abrangência de 3.000 ha a 6.000 ha como o projeto Dendê da Amazônia S.A. (Denam) e o projeto da Mendes Júnior Agrícola do Pará S.A. (Agromendes). Já para o desenvolvimento agroindustrial, os autores Cruz e Rocha (2007); Nahum e Bastos (2014) apontam o financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia - POLOAMAZÔNIA, permitindo a constituição da agroindústria Dendê do Pará S.A. (DENPASA). O projeto do dendê para Amazônia desfrutou de isenção de imposto de renda, como o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF,

imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS e de isenção de imposto para máquinas e equipamentos importados.

Em 1964, o governo do estado estabeleceu um projeto de expansão para o cultivo do dendê para os pequenos agricultores, entretanto, só foi possível na década de 70 (CRUZ e ROCHA, 2007). O governo do estado implantou um projeto satélite com os pequenos agricultores no entorno do projeto da Denpasa, aproveitando-se das condições geradas pela empresa. O projeto tinha o propósito de implantar 1.500 ha, depois ampliou para 3.000ha (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA DO PARÁ, 1982). Em 1975, os agricultores filiados à Cooperativa Agrícola Mista Paraense - COOPARAENSE, de Santa Izabel do Pará, deram início à implantação desse projeto com o plantio de 50.000 dendezeiros, abrangendo os municípios de Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Benevides e Ananindeua.

Com a iniciativa privada na produção de dendê incorporou-se à exploração econômica da cultura, fato que atribuiu maior dinâmica à atividade. Com isto, a partir da década de 80, a produção passou a apresentar crescimento expressivo, estimulada por novos projetos aprovados pela SUDAM e pelas operações de crédito rural, alavancadas pelo Banco da Amazônia. Para mais, o governo estadual no fim da década de 90, impulsionou o cultivo da palma com reformas estruturais. Além disso, em 2004 o governo federal viabilizar a expansão dos biocombustíveis e expandir a monocultura do dendê através do Programa de Produção e Uso do Biodiesel e do Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma, em 2010, potencializando as empresas presentes no Estado.

Percebe-se que tais estratégias do poder federal e estadual preparam o terreno para o grande capital e para a expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense. Estes investimentos ao capital privado atraiu um grande número de empresas agroindustriais ligadas a cadeia produtiva do dendê, em 2015 Nahum e Santos (2016) e Carvalho (2016) observaram a dendeicultura desenvolvida pelas empresas Marborges, Agropalma, Biopalma ou Biovale, Petrobras Biocombustível (Galp/BBB/Petrobras Biocombustível), Yossan, Repsol, Dentaua, Palmasa, Archer Daniels Midland do Brasil - ADM, Guanfeng Group, entre outras, distribuídas pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cametá, Castanhal, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Irituia, Mãe do rio, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu. Considerando os dados da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri), somando-se as áreas próprias do setor empresarial às ocupadas com dendê na agricultura familiar, a região contabiliza cerca de 166 mil hectares ocupados pela monocultura do dendê. Em 2011, o Pará produzia por ano, 770 mil toneladas de óleo de palma, sendo o maior produtor de óleo de dendê do Brasil, responsável por 90% de toda a produção nacional segundo Instituto Observatório Social (2013).

A expansão das empresas de dendê na Amazônia paraense, consiste na inserção da agricultura familiar no projeto de integração com as empresas produtoras do óleo de palma, com o objetivo de vincular a produção de biodiesel à geração de renda para agricultores familiares (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007). Esta expansão, pode ser considerada como um potencializador de conflitos socioambientais, pois os interesses de cada ator envolvido, neste caso, empresa do óleo de palma, Estado e agricultor familiar, em relação à percepção dos usos atribuídos ao território, são diferentes. Neste sentido, este artigo tem por objetivo analisar as estratégias das três principais empresas de dendê diante dos conflitos

socioambientais na Amazônia Paraense. Para isso, foi necessário identificar os principais conflitos socioambientais na ótica da economia política do meio ambiente, os atores sociais envolvidos, assim como os reais interesses por trás dos conflitos identificados na pesquisa.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Os conflitos socioambientais, de forma geral, estão configurados a partir de uma perspectiva da relação de poder entre distintos segmentos sociais. Que estão ligados através do interesse a acessos de bens e serviços, tais como: disputa em termos de partido, esferas municipais, estaduais e federais de gerenciamento de recursos, empresariado, etc. Ou da perspectiva que considere o conflito socioambiental a partir de diferenças entre valores e representações simbólicas divergentes, como: manifestações de grupos de remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e camponeses e/ou trabalhadores rurais sem-terra, dentre outros (SOUSA et al., 2015).

Neste contexto, estas disputas ocorrem tanto em nível material quanto simbólico, neste último, o embate é indireto e é consenso que o conflito pode se originar a partir da ação de prevenção ou reparação do dano ambiental. Além disso, abordagem da economia política do meio ambiente lida simultaneamente com as dimensões social e biofísica e não simplesmente com o ambiental ou o social de forma dicotômica (LEONARDO, 2010). Em outro sentido, o conflito pode se classificado como aparente que segundo Deutsch (2004), é o conflito “real” e ocorre porque não há compatibilidade de objetivo, ou seja, ambas as partes desejam o mesmo objetivo, porém são impossibilitadas de terem por não haver como solucionar sem que uma parte ceda para outra. Já o conflito que implicitamente existe, mas que não se exterioriza pelas circunstâncias em que está envolvido o indivíduo, é classificado como conflito latente.

Na Amazônia paraense, por décadas o modelo desenvolvimento capitalista está baseado em estruturas assimétricas de poder entre o estado, o grande capital e as organizações sociais preexistentes na região. Percebe-se nessa relação desigual um aumento da tensão provocado pela redução da disponibilidade dos recursos naturais, bem como tensões por conta da diminuição da qualidade vida, devido à expansão do monocultivo do dendê. Estas tensões são de acordo com Leonardo (2010), provocadas devido aos diferentes interesses que emergem das diferentes visões de mundo que os atores sociais possuem.

Diante dessa heterogeneidade, ressalta-se aqui que o caminho analítico que guiará as investigações e as reflexões do presente trabalho está relacionado à abordagem da Economia Política do meio ambiente, que desvela as estruturas de poder e os interesses dos conflitos. Esta abordagem considera de suma importância, o uso da macro-análise, a qual, de acordo com Little (2006), é utilizada para contextualizar os conflitos socioambientais mapeados, possibilitando entendê-los a partir de uma visualização de sistemas econômicos, sociais e políticos amplos, uma situação na esfera micro. O autor cita como exemplos, o atual sistema capitalista, o avanço da ideologia neoliberal, o processo de globalização tecnológico, o modelo de desenvolvimento adotado por um determinado país, dentre outros fatores.

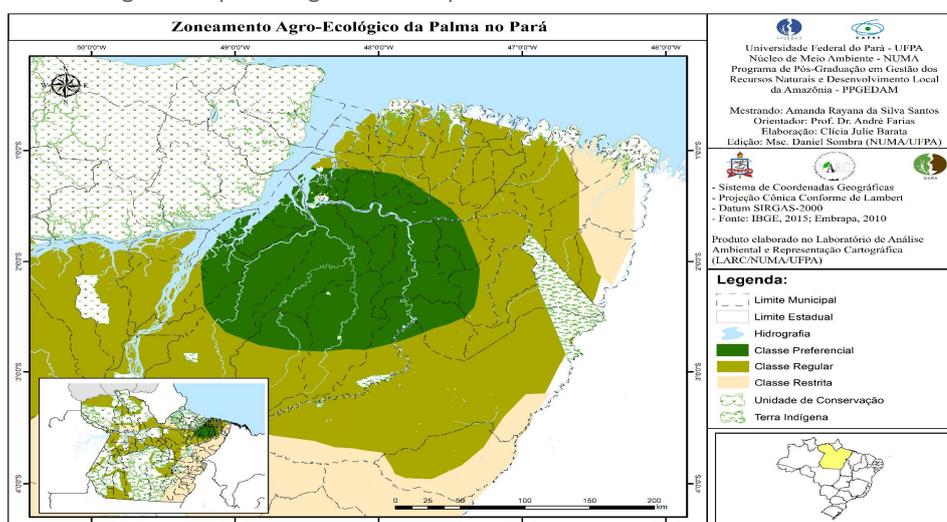
Sendo assim, entende-se que a economia política do meio ambiente constitui um importante aporte conceitual para o estudo dos conflitos socioambientais, tendo em vista a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais atinentes ao processo. Além disso, como corrobora Lipietz (2002), considerando os desequilíbrios provocados pela intervenção humana na natureza, esta abordagem surgiu com intento de indagar sobre a questão ambiental na modernidade, criticando veemente o funcionamento das sociedades industriais, bem como, uma série de valores presentes na cultura ocidental.

METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado é fruto dos resultados do projeto "Impacto socioeconômico do programa óleo de palma na região norte: Reflexos sobre o homem, meio ambiente e cenários futuros" realizada em campo, no período de junho a agosto de 2017. Foi utilizada a abordagem da Economia Política do Meio Ambiente.

Nesta pesquisa, foram escolhidas três empresas de óleo de palma, que atuam por meio de contrato com agricultores familiares na região com faixa edafoclimáticas ideal para o cultivo do dendê e de grande sensibilidade socioambiental na Amazônia Paraense, conforme figura 1. Estas são denominadas no decorrer do texto com empresa 1, empresa 2 e empresa 3.

Figura 1. Aptidão agroclimática para a cultura do dendê no estado do Pará



Fonte: LARC, 2017

Nos termos da proposição de Marconi e Lakatos (2010), realizou-se entrevista despadronizada ou não-estruturada com 15 agricultores familiares e um membro movimento sindical para identificar as questões que fomentavam o conflito socioambiental nos municípios e a um dirigentes de cada empresas de palma que atuam na Amazônia paraense, para saber as ações e as cooperações utilizam para resolver estes conflitos, conforme quadro 1.

Quadro1. Principais pontos abordados na entrevista

Assunto da entrevista	Atores Sociais
- Inserção no projeto de dendê - Conflitos socioambientais enfrentados na dendeicultura - Relação empresa x agricultor	Agricultor Familiar
- O projeto de dendê com a agricultura familiar - Principais Conflitos socioambientais enfrentados dendeicultura e as estratégias de solução - Relação empresa x agricultor	Dirigentes das empresas
- Inserção do projeto de dendê na região - Posicionamento da entidade frente aos conflitos socioambientais - Relação empresa x agricultor x sindicato	Sindicato

Fonte: Dados da Pesquisa

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os atores sociais envolvidos no conflito Socioambiental

Durante a pesquisa foi possível mapear os principais atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais, bem como suas principais reivindicações e argumentações. Sendo assim, identificou-se três atores, as empresas de dendê, o banco financiador e os agricultores familiares envolvidos nos conflitos. As empresas de dendê, trazem consigo as normas regulamentadas pelo Estado e atrasam a entrega de insumos e falta de apoio técnico e logístico, devido a diversos fatores, verso o agricultor familiar que reivindicam a entrega de insumos e acompanhamento técnico e logístico por parte das instituições. Assim o quadro 2 expõe os atores sociais e delimita os grupos envolvidos no conflito.

Quadro2. Atores Sociais Identificados em Campo

Atores Sociais	
Posicionamento	Atores identificados em campo
- Manter o sistema produtivo - Aumentar seus rendimentos	- Empresas de dendê - Banco financiador
- Melhoria de suas condições de vida	- Agricultor Familiar

Fonte: Dados da Pesquisa

A identificação dos atores sociais e das relações conflituosas entre eles, se tornam um ponto importante para entender o conflito instaurado neste trabalho como enfatizam os autores Little (2004) e Souza, Oliveira e Fonseca (2015). Os atores, geralmente representados por indivíduos, grupos, organizações ou Estado, possuem identidade própria, reconhecimento social e capacidade de modificar o contexto no qual estão inseridos. Os atores envolvidos apresentam posicionamentos distintos as empresas, pretendem na lógica capitalista, manter o sistema produtivo e aumentar seus rendimentos enquanto os agricultores, vislumbram no projeto de integração a melhoria de sua condição de vida.

O conflito se inicia com a inserção de nova cultura na região, pois o dendê, não é de origem brasileira e não faz parte do modo de produção do agricultor familiar da Amazônia paraense. Para amenizar o estranhamento sobre o manejo desta cultura, as empresas proporcionam formação para os agricultores referente

a forma de cultivo, os tratamentos culturais, uso de agrotóxico. Apesar disto, a adesão do agricultor a esta nova forma de produzir e gerenciar a propriedade, se torna um desafio para estes atores, pois muda a sua dinâmica de vida, a demanda de trabalho, por exemplo, aumenta, havendo necessidade de contratação de mão de obra informal, em muitos casos. Para Acsegrad et al. (2004, p. 7), existe uma interação entre os objetos do ambiente e as práticas sociais desenvolvidas nos territórios que se conectam materialmente e socialmente através das águas, do solo ou da atmosfera. Assim, a dendecultura trouxe consigo desafios na relação agricultor familiar e empresa, devido alguns contratempos relacionados a gestão deste projeto.

Por conta disto, Little (2001) aponta que conflitos socioambientais se definem como “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio ambiente” (idem, p. 107). E, são esses “distintos tipos de relação com o território” que suscita um conjunto de significados e maneiras de interagir as quais denomina-se de tradicionais – visto que são frutos de interações sustentáveis como o meio ambiente, desenvolvidas pela comunidade em vista da manutenção da sua existência como métodos compartilhados pelos membros da comunidade através de gerações.

Neste escopo, as empresas de óleo de palma, possuem entendimentos diferentes em relação ao conflito socioambiental. A empresa 1, leva em consideração de que existe conflito socioambiental, quando existe desacordo entre as partes, admite a ocorrência do mesmo e busca gestar da melhor forma. Na empresa 2, percebeu-se a falta de comunicação entre gestor da empresa e o agricultor familiar, isso foi um fator limitante para o desenvolvimento do projeto, pois problemas já relatados acima demoravam para serem resolvidos. Por fim, a empresa 3, afirma que não há conflito socioambiental, mas uma interpretação equivocada do projeto por parte de alguns agricultores familiares, mesmo assim, busca meio de sanar esse engano.

A partir destes fatores o conflito foi se desdobrando através das divergências entre os atores envolvidos neste processo, por conta do processo de formalização de mão de obra; a fiscalização do trabalho infantil; problemas na entrega de insumos e assistência técnica; da falta de informações sobre o projeto de integração e ainda, prejuízos econômicos e socioambientais para os agricultores familiares conforme figura 2 abaixo, estes fatores serão detalhados na descrição da dinâmica do conflito.

Figura 2. Questões relacionadas ao Conflitos socioambientais na dendeicultura



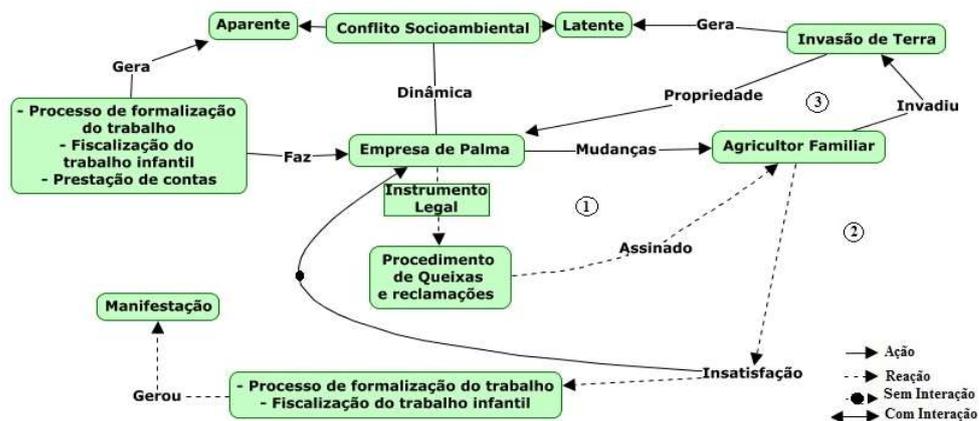
Fonte: Elaborado pela autora, baseado em ASSAD, et al. 2007

Através de entrevistas percebeu-se dois estágios de conflito o primeiro em relação a empresa 1, que foi a pioneira em estabelecer relações de integração com a agricultura familiar. Para entrevistados desta empresa, os conflitos já foram resolvidos, no entanto, de acordo com Junior et al. (2014), os conflitos são processos dinâmicos e podem se transformar rapidamente, ou seja, o que para a empresa podem estar sanados, para os demais atores envolvidos podem estar apenas adormecidos. Para as demais empresas, os conflitos socioambientais encontram-se aparente, pois estas ainda estão enfrentando problemas referente ao projeto de integração o dendê com o agricultor(a) familiar.

A dinâmica do conflito socioambiental e as estratégias empresariais

Dentre os conflitos socioambientais identificados, na empresa 1, pontuou-se nesta pesquisa o processo de legalização do trabalho, fiscalização do trabalho infantil e o processo de prestação de contas, assim como as estratégias realizadas pela empresa, figura 3. Nessa figura, a mudança na dinâmica da vida do agricultor (a), com a inserção de métodos formais de trabalho para atender a legislação de forma geral, que surgiram durante o projeto de integração, causaram reações recorrentes entre os atores sociais. O uso do diálogo entre as partes foi a estratégia realizada pela empresa 1, assim como a busca por apoio nos órgãos de competência, como será mostrado a seguir.

Figura 3. Fluxo do Conflito Socioambiental Empresa 1



Fonte: Elaborado pela Autora

No projeto de integração do dendê com a agricultura familiar, o trabalho formal legalizado é apontado como necessário, fato este que não é realidade dos agricultores, pois estes atores, geralmente, não possuem informações suficientes e estrutura necessária para contratação de mão de obra. Neste sentido, para atender a legislação trabalhista na relação agricultor e prestador de serviço, a empresa 1 realizou parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e escritório de Contabilidade de Advocacia para que, de acordo com a legislação, demonstrarem opções para o agricultor contratarem mãos de obra. Dentre as opções apresentadas ao agricultor estavam: utilizar a mão de obra familiar, todos, desde que sejam maior de idade, que residem na mesma casa, realizar troca de diárias, na qual duas ou mais famílias trabalham nos lotes uma da outra de forma intercalar, criar cooperativa, contratação individual formal ou a criação de um consórcio, para estes dois últimos seria necessário que o agricultor realizasse o cadastro específico do INSS- CEI.

Durante as ações para regularização trabalhista alguns acordos coletivos foram realizados. A empresa elaborou um termo de compromisso onde o agricultor concorda em cumprir com a legislação trabalhista, podendo optar pela mão de obra familiar, parcerias com outros produtores ou contratação formal de trabalhadores (individual através do CEI ou Consorcio), em caso da evidencia de descumprimento, o produtor fica ciente que a empresa irá suspender a compra do fruto. Mesmo assim, foi evidenciado situação de conflito, esta situação confirmam as pesquisas de Nahum e Bastos (2014) onde paulatinamente, metamorfoseiam-se os camponeses em trabalhadores para o capital na forma de trabalhadores assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar com o dendê.

Após este processo de regularização, evidenciou-se a resistência de alguns agricultores parceiros da empresa de palma. Vieira (2015), relatou em sua pesquisa este conflito, onde de um lado, os agricultores não se viam em condições de assumir tal responsabilidade trabalhista, de outro lado, a empresa, que em cumprimento do acordo, estava negando-se a comprar os cachos de fruto frescos dos agricultores integrados que utilizavam mão de obra não formalizada. A orientação da empresa 1 é evitar esse tipo de conflito, afirma o técnico, mas nesse caso não foi possível evitar, já que o produtor logo conseguiu apoio de outros produtores que também eram resistentes a regularização.

Apesar disto, o programa de regularização trabalhista, de acordo com a empresa 1, foi bem-sucedido e no ano de 2014 os produtores foram auditados e também conquistaram a certificação RSPO. Porter e Kramer (2006) chamam de “dimensões sociais estratégicas do contexto competitivo”. Nesse caso, a responsabilidade social é concebida no centro estratégico da gestão da empresa e busca ampliar a competitividade através de mudanças no contexto social para explorar novas oportunidades de negócios e aumentar a eficiência produtiva (ABRAMOVAY, 2007, p. 14, grifo do autor). Com a produção certificada, os produtores passaram a receber um prêmio de certificação, que varia em torno 3% a mais do que o preço normal do CFF, em termos percentuais, o prêmio é o mesmo tanto para o óleo de palma bruto, quanto para CFF.

A erradicação do trabalho infantil foi desafiadora para as empresas, a técnica da empresa 1 aponta que, o desconhecimento da legislação trabalhista aliada a baixa escolaridade dos agricultores facilitaram o agravamento do conflito, pois a maioria dos agricultores não possuem o ensino médio e são informados de forma equivocada. A baixa escolaridade destes agricultores, torna-se um desafio para o entendimento da lei, dado o frequente uso da linguagem formal, além disso, por conta, talvez, de ser hábito cultural nas comunidades rurais o estímulo da participação da criança no trabalho da agricultura (AIRES; SALAMONI, 2013). O estudo de Vieira (2015), no município de Moju, revelou o nível de escolaridade dos agricultores integrados em que 76% não concluíram o ensino fundamental, com limitações de leitura, escrita e na realização de cálculos matemáticos simples, sejam escritos ou na memória, o que dificulta uma negociação e condução justa do contrato de integração entre a empresa e os agricultores.

A relação das crianças com a agricultura tem um papel de socialização e identidade. As representações sociais apresentadas na pesquisa de Stropasolas (2012) e Oliveira (2013) evidenciaram que, na agricultura familiar, inserir as crianças no trabalho agrícola é, além de tudo, um processo de aprendizagem, sem exploração e rendimentos. Para os autores, há uma questão muito forte do “amor à terra”, e o desejo de ensinar aos filhos o trabalho na agricultura familiar. Dessa forma, aprender e ensinar fazem parte do mesmo contexto social de ação em que ocorrem as atividades da vida cotidiana da comunidade e da unidade produtiva familiar, e no qual os sujeitos se inserem de forma diferenciada em função das suas possibilidades de participação e dos seus objetivos.

Apesar disso, é de comum acordo entre todos os grupos que o trabalho na terra é “pesado e desgastante”. Segundo Oliveira (2013), ainda que a atividade não seja exploratória, há evidências de riscos nas atividades desenvolvidas, que não estão imunes a processos que prejudiquem a saúde. Entre os riscos Oliveira (2013) aponta que “ há muitos casos de picadas de animais peçonhentos e câncer de pele devido às longas horas expostos ao sol”.

Com relação a este fato, a empresa 1 realizou campanha de erradicação do trabalho infantil, durante um ano e meio através de parcerias com outras instituições como as escolas locais, as Associações de Agricultores (as) Familiares e a própria empresa, que realizaram palestras e atividades relacionadas ao assunto. Terminado a campanha de erradicação, foi acordado entre empresa e agricultor, que em caso de evidencia de emprego de trabalho infantil ou não formal, pela equipe de assistência técnica, será registrada ocorrência em laudo técnico e a compra do fruto será suspensa naquele momento, retornando quando o agricultor demonstrar que não utilizará mão de obra infantil ou informal em suas

atividades. Mesmo assim, ainda ocorreram cinco casos de evidencia após o processo de regularização.

No trabalho de pesquisa de Ribeiro (2016) sobre a organização do trabalho na dendeicultura a autora relata que o trabalho se concentrou no gênero masculino e não identificou casos de trabalho infantil. Na legislação brasileira o trabalho infantil orienta-se pelos artigos 60 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990) tratam da proteção ao adolescente trabalhador e prevê a implementação de um Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Por outro lado, cabe aos conselhos de direitos – de âmbito nacional, estadual e municipal – a responsabilidade pela elaboração das políticas de combate ao trabalho infantil, proteção ao adolescente trabalhador e pelo controle social.

Os conselhos tutelares são corresponsáveis nas atividades de combate ao trabalho infantil, cabendo a eles zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes em geral, por meio de ações articuladas com o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Adolescência. o tema do trabalho infantil, também, está presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu Título III, Capítulo IV, “Da Proteção do Trabalho do Menor”, alterado pela Lei da Aprendizagem (Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000). De maneira geral, esse conjunto de leis busca sintonizar-se com as atuais disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), e das Convenções 138 e 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Outra situação que causou conflito entres os atores foi o processo de prestação de contas, na qual é realizada anualmente pela empresa 1, no mês de dezembro de cada ano, é realizada a contabilidade de todo o custo e lucro do agricultor durante o ano, para isso ela faz uso do software período contábil. Esse programa foi considerado de difícil entendimento, até mesmo para os funcionários, pois como o pagamento do mês de dezembro era realizado no mês de janeiro do ano seguinte, o programa contabilizava como renda do próximo ano, sendo assim, o mês de dezembro não aparecia no pagamento. Visto esta situação, a empresa buscou opções de software que fizesse a prestação de conta de forma mais simples de entender, isso correu em 2015, e no ano seguinte 2016 houve a mudança de software, o que facilitou a visualização de todas as entradas e saídas do agricultor durante o ano.

É importante ressaltar que os conflitos aqui apresentados, relacionados a empresa 1 não são mais aparentes, o que não significa que não exista outros conflitos que poderão estar implícitos. Sobre a invasão de terras, cerca de oito assentados da Comunidade Água Preta, estabeleceram atividades dentro da propriedade do grupo empresarial. Seguindo a orientação do setor jurídico da empresa houve um processo de negociação por meio indenizatório, assim, a Empresa, a Associação de Agricultores e os assentados envolvidos negociaram e estabeleceram um procedimento para levantamento de benfeitorias, atividade agrícolas e cálculo de valores para fins de indenização. Esta situação foi classificada como latente, pois devido a dinâmica dos conflitos, existe a possibilidade de retorno de atividades nas áreas anteriormente invadidas.

Os fatores que geram conflitos socioambientais aparente entre a empresa 2, empresa 3 e os agricultores (as), estão em torno da ausência da prestação de serviços para agricultores e também por conta de problemas com o banco financiador, de ações previstas no contrato como descrito a diante, figura 4.

Estas situações de morte de alguma planta por falta de assistência técnica não foram registradas nos plantios de agricultores integrados à empresa 3. No entanto, a empresa está em contato com instituições públicas de assistência técnica, para auxiliar os agricultores no intervalo em a assistência da empresa não estivesse presente, para melhorar o acompanhamento junto aos agricultores.

Para o bom desenvolvimento da planta do dendê são necessários além de tratamentos culturais, como o rebaixo, o coroamento e cuidados fitossanitários, a adubação também é essencial. Os agricultores vinculados à empresa 2, a dois anos atrás, enfrentam problemas na entrega de adubo, assim com a empresa 3 no ano de 2015, por conta do processo de negociação e disponibilidade de todos os componentes do adubo na empresa fornecedora. Todavia, este atraso gera consequências no sistema produtivo, para o agricultor integrado empresa 2, com plantio iniciado no ano 2013 e no ano de 2014, houve atraso de cerca de dois anos, na entrega de adubo. As plantas não obtiveram bom desenvolvimento devido à falta de nutrientes. No primeiro semestre de 2017, os agricultores receberam o adubo químico, que estão estocados, pois já havia passado o período de adubação da planta, sendo ineficiente a aplicação posterior ao período de chuva.

Além do processo de negociação, dívidas adquiridas pelo agricultor após o financiamento interferem na liberação, pelo banco, do valor de custeio para o pagamento do insumo para a empresa 2 e empresa 3. Questões como esta, prejudica o melhor desenvolvimento da planta de dendê, além de prejudicar financeiramente o agricultor, pois a falta de adubo retarda o desenvolvimento do fruto e o agricultor fica sem entregar o produto para a empresa e consequentemente sem receber pelo trabalho.

O transporte do cacho de fruto fresco- CFF do ponto de coleta até a indústria de extração de óleo de palma, também, foi atingido pela deficiência no fluxo de informação do agente financiador, empresa e agricultor. O valor cobrado por caixa de CFF é de R\$ 350 reais, para o recebimento deste valor, o transportador apresenta a nota fiscal ao banco financiador, que efetua o pagamento do valor financiado destinado para a atividade, que equivale o total de R\$ 1.424,00. Como consequência disso, o motorista se nega a fazer o transporte, devido ao atraso de 90 dias para receber, prejudicando a entrega, pois ele tem o prazo de 30 dias para pagar o posto de gasolina, e com esse atraso não compensa o serviço.

Os processos no banco financiador são arquivados de forma manual e o número de servidores é insuficiente para atender todos os setores, o que dificulta a agilidade dos processos. A falta de funcionários para atender os agricultores é um dos fatores que agrava o conflito em torno da dendeicultura, pois o fluxo de informações não flui, prejudicando o agricultor familiar. Em relação a isso, a empresa 2 disponibilizou um funcionário para dar apoio no atendimento aos agricultores, e para evitar o atraso na entrega do adubo, a empresa solicita ao banco a liberação do valor total referente ao insumo, pois cada liberação dura cerca de 6 meses para liberação, devido ao processo burocrático. O empreendimento de palma 3, reúne-se com a diretoria do banco para encontrar uma solução em conjunto e definir um novo modelo de aquisição de adubo para o agricultor integrado a ela.

A empresa 3 enfrenta problemas no transporte de CFF, relacionados às condições da estrada no período chuvoso. A trafegabilidade pode gerar momentos de conflito, para evitar a ocorrência, a empresa ressarcir o agricultor caso o

caminhão da empresa não buscar no período marcado ou se o fruto de dendê estragar devido à essas condições. Assim, ele não tem prejuízo neste processo, até porque é responsabilidade da empresa recolher o fruto no ponto de coleta.

Para melhoria das estradas de fluxo de transporte de dendê a frente parlamentar da palma, está articulando para que de maneira legal, repassar recursos em forma de maquinas ou óleo, para estes municípios para que eles possam trabalhar nessa parte dos ramais. Além disso, a empresa 2 informou que algumas estradas já estão sendo melhoradas, no município de Tailândia, para isso cedeu o óleo e a máquina niveladora, junto a secretaria de obras do município de Tailândia, para atender a trafegabilidade e para colocar a piçarra, porém, segundo os agricultores até o momento ainda não foi realizado nas comunidades.

A empresa 2, fornece o adubo químico em duas modalidades, para o agricultor que é financiado pelo banco, que o pagamento do adubo é descontado no custeio e para o agricultor que já terminou o financiamento, a empresa propõe um novo contrato de fornecimento do insumo e o pagamento é realizado na entrega da produção do dendê. Já para os agricultores da empresa 3, cujo prazo do financiamento já expirou, intermediam junto ao banco financiador um novo modelo de aquisição de adubo, ou seja, o agricultor realizaria um empréstimo de custeio com o banco. Aparentemente, estas propostas são vantajosas, no entanto, deve-se levar em consideração o estado de produção de cachos de fruto fresco dos agricultores, uma vez que, estes não conseguiram seguir à risca o protocolo de produção devido aos problemas relatados a cima.

As deduções dos custos de produção influenciam fortemente o rendimento financeiro do agricultor. Estas deduções, se não forem cuidadosamente analisadas podem levar ao endividamento e fortalecer a dependência do agricultor familiar ao cultivo do dendê com aborda Smalley (2013) em seus estudos sobre a integração da agricultura familiar ao monocultivo na África. Na proposta do novo contrato para fornecimento de adubo químico, agricultor e empresa 2, o prazo de carência é de 2 anos para iniciar o pagamento da dívida, parcelada em 3 anos, liquidando 20% do valor no 1º ano, 30 % no 2º ano e 100% no 3º ano, o valor total do contrato será reajustada anualmente pelo ¹IPCA, com ajuste anual, dessa forma, se o custo for de R\$ 9. 444 com IPCA a 4,5%, o reajuste será de R\$ 424,98 reais no ano. Então, serão descontados o valor desta dívida, além dos pagamentos do financiamento, se o agricultor não gerir de maneira correta e ocorrer a faltar insumos e serviços de assistência técnica, ele pode se tornar inadimplente, pois não terá cacho de fruto fresco para vender para empresa. Na maioria das vezes, de acordo com Chaves e Magalhães (2016), pela quantidade de adubo químico, as empresas conseguem melhores condições de compra e permitem o parcelamento da dívida do agricultor ao longo do ano.

Os conflitos socioambientais latentes identificados para estas empresas, são o uso de agrotóxicos, o método de pagamento de cacho de fruto fresco e de prestação de contas, pois são fatores que podem gerar consequências negativas futuras para o agricultor familiar. O agrotóxico compõe o pacote tecnológico do projeto dendê e por vezes algumas comunidades rurais passaram a utilizar o veneno a partir da inserção no projeto. Chaves e Magalhães (2016), inferiram que na vila São Vicente, zona rural do município de Moju, o uso do agrotóxico pelos agricultores está correlacionado com o incentivo governamental à agricultura de commodities como o dendê e a soja. Os empreendimentos de palma, de modo geral, afirmam não recomendar o uso do veneno, a empresa 1 afirma que os

agricultores da comunidade do Arauaí não usam herbicida há 4 anos, no entanto ainda tem relatos de que na comunidade de água preta ainda se faz uso em outros cultivos e acabam usando no dendê. Mesmo assim, os técnicos da empresa orientam sobre a utilização do protocolo de aplicação como o uso de equipamento de proteção individual, o mesmo ocorre com a empresa 3, que faz orientação por meio da distribuição de boletim informativo.

A empresa 2, também afirma não recomendar o uso de agrotóxico, porém, os agricultores afirmaram o uso de roundup², no mínimo uma aplicação por ano, geralmente é o próprio agricultor quem aplica. Segundo Bombardi (2014), o roundup é um herdeiro do agente laranja, um desfolhante químico, que é facilmente absorvido pela pele, ficando instalado na gordura e podendo, inclusive, passar pela placenta e atingir fetos humanos. O contraditório é que apesar das empresas não recomendarem o uso do veneno, este elemento e o equipamento para aplicação estão presentes no custeio do contrato de integração e os empreendimentos da palma realizam curso de aplicação de agrotóxico nas comunidades rurais integradas ao dendê.

O valor de pagamento da tonelada do cacho de fruto fresco é equivalente a 10% do preço da cotação da tonelada de óleo bruto de palma do mercado internacional, considera-se a média do mês anterior ao mês de entrega dos frutos para paga-los. Este sistema de ajuste de valores mensal é de difícil compreensão para alguns agricultores vinculados com a empresa 2, por conta disso, a empresa propôs realizar reuniões em cada comunidade, uma forma de melhor entendimento e discussão, pois cada comunidade apresenta especificidades singulares. Os agricultores ligados às outras empresas compreendem a forma como o valor é estipulado para a compra, principalmente os da empresa 3, pois são esclarecidos por meio de boletim informativo distribuído mensalmente e do documento de prestação de conta, o recibo. Entretanto, a empresa 3 afirma que os agricultores, em sua maioria, regionalizam os valores de compra, por meio de comparação entre as empresas, mas não compreendem suas especificidades, tem empresa que fornece assistência técnica e insumos e por conta disso é descontado o valor do serviço no pagamento final e tem empresa que não presta estes serviços e assim, o agricultor recebe o valor bruto da produção.

A respeito da prestação de contas de compra e venda dos frutos para as empresas, percebeu-se a falta de informação e a dificuldade de entendimento dos agricultores. Segundo os agricultores a empresa 2 não esclarecia o processo de prestação de contas, em alguns casos, assinavam os recibos sem receber tal esclarecimento. A empresa 3, faz a prestação de conta mensalmente, inicialmente por meio do recibo, no qual especifica os valores de entrada e saída (crédito e débito) que acompanha o pagamento da produção, então se possuem dívida de adubo com a empresa ou com o banco esse valor é descontado, caso contrário o agricultor recebe o valor bruto da produção. A empresa 3 aponta a dificuldade de entendimento dos agricultores que no dia do pagamento recebem o valor abaixo dos demais, isto ocorre devido aos serviços prestados pela empresa. Assim, na prestação de conta da empresa 3 é entregue o recibo na hora da pesagem do fruto na balança com valor em quilo comprado de dendê e a nota fiscal é emitida quando acontece o fechamento de pagamento no setor financeiro, este fato dar-se a cada final do mês.

Além do processo de aproximação com o banco, prestação de assistência técnica, barateamento do adubo, a empresa 3 está estreitando relações com a

Secretaria Especial de Agricultura Familiar, operacionalizadora do Pronaf eco dendê, visando a melhoria no fluxo de informação para fortalecer a cadeia do dendê. Como o dendê já tem a garantia de compra pelas empresas, tem-se a proposta de implementar em parceria com o governo, a utilização de aplicativos para facilitar a comercialização dos produtos agrícolas como maracujá, açai estreitando o encontro entre o comprador e o agricultor, eliminando conseqüentemente, a figura do atravessador, que revende o produto a dobro do preço de compra do agricultor. Com esta ferramenta o agricultor disponibiliza o produto e algum comprador acessa essa bolsa para comprar esse produto, além disso, o aplicativo fornecerá também ao agricultor informações sobre o clima, mercado, transporte, ajudando no planejamento para o cultivo dos produtos.

Toda transação que o agricultor(a) familiar realiza tem um custo, por conta disso, a empresa 3 tentará incorporar a proposta no Pará 2030, que tem várias ações entre elas está a cadeia do dendê, pois quanto mais acessório de desembolso você imputar ao agricultor menos rentabilidade ele vai ter. E por fim, a empresa 3 está contratando os serviços do instituto Peabiru para trabalhar a diversidade produtiva nas comunidades, pois ante do dendê o agricultor já possuía uma vocação agrícola, e não é a intenção da empresa que ele se dedique exclusivamente para o dendê, mais que a incorpore nas atividades do seu dia a dia. Ressalta-se ainda que os agricultores vinculados a empresa produzem em consorcio com o dendê e outras culturas até o terceiro ano, podendo receber assistência técnica para as culturas. A pós este período ele pode plantar na periferia do dendê qualquer outra cultura de ciclo curto ou permanente como relata a empresa 3 “Tem casos de agricultor que plantou a mandioca, só o fato dele colher a mandioca ele já pagou a mandioca e o projeto de dendê”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível identificar os principais atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais na dendeicultura paraense, entre eles estão as três principais empresas de dendê, o agricultor(a) familiar e o banco financiado. Na empresa 1, pontuou-se o processo de legalização do trabalho, fiscalização do trabalho infantil e o processo de prestação de contas como conflito aparente, devido aos desdobramentos que ocorreram durante o processo de solução. A invasão de terras situação foi classificada como latente, pois devido a dinâmica dos conflitos, existe a possibilidade de retorno de atividades nas áreas anteriormente invadidas. Nas demais empresas, o conflito socioambiental é classificado com aparente e, ocorreu em torno da ausência da prestação de serviços para agricultores, aliado a isto, a deficiência no fluxo de informação entre empresa – Banco Financiador – agricultor familiar, sobre os processos de compra e entrega de insumos gera, em muitos casos, prejuízos socioeconômicos para os agricultores. Os conflitos socioambientais latentes identificados para estas empresas, são o uso de agrotóxicos, o método de pagamento de cacho de fruto fresco e de prestação de contas, pois são fatores que podem gerar conseqüências negativas futuras para o agricultor familiar.

As empresas de óleo de palma, buscam estratégias mediante órgãos competentes de mediar o conflito, movidas pelos interesses econômico e/ou por conta da manifestação dos agricultores familiares. A ato de reivindicar pela execução correta das obrigações das empresas como a prestação de serviço de

assistência técnica, exerce grande importância nas mudanças ocorridas na forma com as empresas gerenciam os conflitos socioambientais. No entanto, os agricultores familiares integrados a dendeicultura não estão articulados a nenhum órgão público ou organização civil, dificultando a realização de propostas e reivindicações que os beneficiem.

Por fim é importante observar que o apoio das organizações sociais e universidades e órgãos públicos, seriam de grande valia, tanto para pensar estratégias de resolução do conflito socioambiental na dendeicultura como estruturar projetos de resistência para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios atingidos pela dendeicultura, com o intuito de diversificação da produção e comercialização, afastando o agricultor familiar da total dependência da monocultura.

Environmental conflicts: analysis of strategies of oil palm companies in the Amazon region of Pará

ABSTRACT

The research aims to analyze the role of the main companies producing palm oil about the environmental conflicts in the region of northeastern Pará. We opted for the use of the approach of the political economy of the Environment, with the use of macroanálise, by means of documentary analysis and application of non-structured interview with the social actors involved. It was identified issues such the process of formalizing the work, the supervision of child labor, the provision of accounts, the absence of technical assistance, the failure in the delivery of the fertilizer, the carriage at the point of collection, the forms of payment of bunch of fresh fruit, the use of agrochemicals and the invasion of Earth, which relate to the conflict. Thus, this study demonstrated that the insertion of oil palm companies in the Amazon region of Pará question confronting the actors involved because of the inequalities in the logic of production and that the oil palm companies seek strategies to mediate the conflict socioambiental.

KEYWORDS: Amazon region of Pará. Environmental Conflict. Dendeicultura. The political economy of the environment.

NOTAS

¹ O IPCA é o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho/99. <https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

² Roundup é o nome comercial de um herbicida fabricado pela Monsanto cujo princípio ativo é o glifosato.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. **São Paulo: FEA-USP/PLURAL** Consultorias, 2007 (relatório de pesquisa).

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3. ed. **São Paulo: Edusp**, 2007.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: **Relume-Dumará**, 2004.

AIRES, C. H. L.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, jan./abr. 2013 ISSN 2236-4994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/8738>. Acesso em: 22/12/2017.

BANCO DA AMAZÔNIA S. A. O comportamento do mercado do óleo de palma no Brasil e na Amazônia. **Estudos Setoriais**, 11, Belém – Pará, 1998.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxico é nova faceta da violência no campo. **Jornal Brasil de Fato**, 2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/agrot%C3%B3xico-%C3%A9-nova-faceta-da-viol%C3%Aancia-no-campo>. Acesso em 29/11/2017.

CARVALHO, M. T.; LIMA, C. A. F. de M. Análise da Expansão do Cultivo do Dendê no Município de Tailândia-Pará. **Universidade Federal do Pará**, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas Faculdade de Administração Pós-Graduação Em Gestão Pública, 2016.

CHAVES, G. P.; MAGALHÃES, S. B. Percepção de riscos e implicações socioculturais: uma análise sobre o uso de agrotóxicos por camponeses integrados à agroindústria do dendê no Estado do Pará, **30º reunião de Antropologia**, João Pessoa/PB. 2016. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/admin/files/1466454503_ARQ_UIVO_Artigo_RBA_2016.pdf. Acesso em 23/11/2017.

CRUZ, B.; ROCHA, G. Dendê como projeto de Estado: Uma alternativa Econômica, Social e Ecológica para a Amazônia. In: **XI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2007**. Bogotá - Colômbia. Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos en el desarrollo latinoamericano. Bogotá - Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, 2007.

DEUTSCH, M. A resolução do conflito. Estudos em arbitragem, mediação e negociação, pp. 29-52, vol. 3 Brasília, DF: **Editora Grupos de Pesquisa**, 2004.

EMBRAPA. Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do dendê no Pará. Belém: **Embrapa**. 2006.

Instituto Observatório Social. O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, **Petrobras Combustíveis - Relatório Final**. p. 76, 2013.

JUNIOR, J. M. B.; RUIZ, M. S; GALLARDO, A. L. C. F. Contribuição metodológica para a análise de conflitos socioambientais a partir do caso do trecho sul do rodoanel, São Paulo, **XVIENGEMA**, 2014. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/348.pdf>. Acesso em: 01/01/2018.

LEONARDO, F. A. M. Reflexões sobre conflitos socioambientais: Análise do Projeto de Reassentamento Popular em Área de Preservação Ambiental no Município de Vitória. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da **Universidade Federal do Espírito Santo**, 2010.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.) BURSZTYN, M. In: A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: **Ed. Garamond Ltda**. p. 107-122. 2001.

_____. A Etnografia dos Conflitos Sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: **II Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004.

_____. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, **Porto Alegre**, ano 12, n. 25, 2006.

LIPIETZ, A. A ecologia política: solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, H. (Ed.) Ecologia política. **Buenos Aires: CLACSO**, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. **Revista Pós Ciências Sociais** v.6, n.12, pg 181- 196, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/64/45>. Acesso em: 05/ 05/2016.

NAHUM, J. S; BASTOS. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, abr. 2014. p. 469-485. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>. Acesso em: 13/09/16.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>. Acesso em: 13/09/16.

OLIVEIRA, F. L. C. B. de. Trabalho infantil e saúde: representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar para agricultores de um município do Centro Oeste mineiro. **Dissertação de mestrado profissional Promoção da Saúde e Prevenção da Violência**, 2013.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. "Estratégia e sociedade". **Harvard Business Review**. Volume 84, número 12, dezembro, 2006.

RIBEIRO, L. B. O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais Paraenses. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, **Universidade Federal do Pará**, Belém, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA DO PARÁ, 1982. Projeto de implantação da cultura do dendê em áreas degradadas de pequenos agricultores rurais, **Belém**, 1982.

SMALLEY, R. Plantations, Contract Farming and Commercial Farming Areas in Africa: A Comparative Review. Land and Agricultural Commercialisation: **Africa. Working Paper 055**, 2013. Disponível em: <http://www.future-agricultures.org>. Acesso em: 29/10/2017.

STROPASOLAS, V. L. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Ano 17, nº 27, pg. 249-286, 2012. Disponível em: http://relet.iesp.uerj.br/Relet_27/Cap%C3%ADtulo%2010%20-%20Trabalho%20Infantil%20no%20Campo%20RELET%2027%20-%20SE.pdf. Acesso em: 12/11/2017.

SOUSA, D. R. N; OLIVEIRA, M. L. R. de; FONSECA, B. C. da. Conflitos ambientais: uma análise da assimetria de poder entre os atores sociais envolvidos no caso do mineroduto da ferrous. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 27 (3): 405-420, set/dez/2015.

VIEIRA, A. C. C. A integração camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico. Dissertação (Mestrado) - **Universidade Federal do Pará**, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2015.

Recebido: 06 mai 2018.

Aprovado: 05 abr 2019.

DOI: 10.3895/rts.v16n39.8261

Como citar: SANTOS, A. R. S.; FARIAS, A. L. A. LOPES, L. O. C. Conflitos socioambientais: análise das estratégias das empresas de dendê na Amazônia paraense. **R. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 39, p. 211-231, jan/mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/8591>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

